

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Capitalismo cognitivo [Cognitive capitalism]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Wolfart, Graziela
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-11 03:30:17
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/160823

Capitalismo cognitivo. A financeirização, em crise, é a sua forma econômica real

Na visão de Gigi Roggero, a financeirização constitui a forma econômica real da produção e está conexas às transformações produtivas e do trabalho das últimas décadas, o que ele entende como a afirmação de um “capitalismo cognitivo”

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

A crise “longe de estar confinada a uma fase descendente do ciclo e de preparar uma nova expansão, ou então, ao tornar-se impulsionadora de uma dinâmica de crescimento, não é mais somente um dado estrutural do desenvolvimento capitalista, mas se torna seu elemento permanente e insuperável”. A opinião é do professor e economista Gigi Roggero. Na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line ele defende que “a financeirização – longe de contrapor-se à economia ‘real’ – é a forma da economia capitalista apta para exercer o comando sobre o trabalho cognitivo e sobre a produção do saber vivo”. Ao analisar a crise financeira mundial, Roggero considera que “a salvação dos bancos por parte do Estado só demonstra aquilo que sustentamos até agora, ou seja, a íntima articulação do público e do privado no desenvolvimento capitalista”. Segundo ele, “a crise é, de fato, um processo profundamente ambivalente, no qual convivem extraordinárias oportunidades e inquietantes riscos, instâncias de transformação e lutas sociais com crescentes formas de racismo e reação”.

Gigi Roggero é formado em História Contemporânea pela Università degli Studi di Torino. É coautor de *Futuro Anteriore. Dai “Quaderni Rossi” ai movimenti globali: ricchezze e limiti dell’operaismo italiano* (Roma: DeriveApprodi, 2002). Trabalha no campo da pesquisa social. É doutorando no Departamento de Sociologia e Ciência Política da Università della Calabria. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que muda no processo econômico mundial com a crise financeira internacional?

Gigi Roggero - Partamos da definição: estamos dentro de uma *crise econômica global*, certamente a maior após 1929. Isso significa, de um lado, que o mundo se tornou um só, que lá onde as coordenadas espaço-temporais se tornam globais é impossível pensar em crises locais circunscritas e independentes; e de outro, que a crise financeira é imediata à crise econômica. Ou melhor, que estourou completamente a dicotomia - ainda cara a muitas esquerdas - de economia real *versus* economia financeira. Hoje nossas vidas estão inteiramente no processo de financeirização: quando usamos o cartão de crédito ou o cheque especial, quando recorremos a emprésti-

“A crise financeira é imediata à crise econômica”

mos para ter acesso a necessidades fundamentais (casa, formação, mobilidade, e principalmente a saúde), quando uma parte dos salários é paga em *stock option*¹ ou as pensões se tornam fundos de investimentos.

Para a economia clássica e moderna, a financeirização e a crise intervinham no final do ciclo, após a expansão da economia real ligada à afirmação

¹ Stock option é um mecanismo jurídico contemplado por um ou mais contratos celebrados entre a empresa (ou seu agente fiduciário, que é uma espécie bem particular de representante) e o executivo, tendo por objeto garantir que este último, cumpridas determinadas condições vinculadas ao alcance de determinadas metas ou o transcurso de certo período de tempo, possa adquirir um percentual do capital da empresa a um preço pré-determinado. (Nota da IHU On-Line)

de um modelo produtivo. Hoje, a financeirização não só recobre o ciclo econômico inteiro, mas põe em discussão a própria categoria de ciclo. Esta categoria era ligada a períodos médios e longos de algumas décadas. Agora, pensamos somente na última dezena de anos: tivemos o desmoronamento dos mercados do Sudeste Asiático em 1997, o do índice Nasdaq e da *new economy* em 2000, a crise do sistema do débito e dos *subprime*, desde 2007. Ou então, o acontecimento de crises econômico-financeiras de âmbito mundial em períodos totalmente breves, a ponto de tornar impossível reconstruir, mesmo que somente *a posteriori*, a dinâmica cíclica. A crise, longe de estar

confinada a uma fase descendente do ciclo e de preparar uma nova expansão, tornando-se impulsionadora de uma dinâmica de crescimento, não é mais somente um dado estrutural do desenvolvimento capitalista, mas torna-se seu elemento permanente e insuperável.

IHU On-Line - Quais as principais transformações que a crise internacional tem provocado no mundo do trabalho?

Gigi Roggero - Inverterei o ponto de vista: a questão é, então, de que forma o trabalho determinou a crise global? A financeirização não é, de fato, um processo externo à produção: constitui, ao contrário, sua forma econômica real. É, portanto, estreitamente conexa às transformações produtivas e do trabalho das últimas décadas, que internamente na Universidade Nômada definimos como o afirmar-se de um “capitalismo cognitivo” - categoria que usamos como conceito explorador e amparo político, embora não como postulado. É bom esclarecer: quando falamos de cognição do trabalho, não entendemos a intelectualização linear da força de trabalho como uma dinâmica progressiva que conduzirá objetivamente à libertação do capitalismo ao desaparecimento do trabalho industrial. A cognição é, em vez disso, um processo de transformação complexa, filigrana de “iluminação geral” por meio da qual se pode ler toda a composição do trabalho e os novos processos de hierarquização. Não é, realmente, a mesma coisa trabalhar numa fábrica ou num centro de pesquisa universitário. Todavia, é comum a linha em torno da qual se organiza a nova divisão cognitiva do trabalho, ou seja, a finalização à produção de saberes, à inovação permanente e à valorização do desenvolvimento tecnológico. Nas novas coordenadas espaço-temporais globais, também a clássica imagem da divisão internacional do trabalho - calçada na dialética entre centro e periferia - entra em crise: de São Paulo a Johannesburgo, de Xangai a Berlim, de Hyderabad ao Silicon Valley se pode observar - com gradações extremamente diferentes - todo o es-

pectro das formas contemporâneas da produção e do trabalho.

Neste processo de transformação complexa, no qual os saberes se tornam, ao mesmo tempo, recurso produtivo central e meio de produção, mudam as formas de extração do mais valor (*plusvalore - mais valia*). Em resumo, o capital deve renunciar à tendência de organizar o ciclo produtivo num patamar hierárquico superior, para limitar-se a capturar os processos de auto-organização da cooperação social, ou então, àquilo que chamamos a produção do *comum*. Se pensarmos, para limitar-se a um exemplo conhecido, na internet, o que é a web 2.0, senão a captura capitalista de um processo cooperativo que não pode mensurar e que a excede estrutural-

“Acabou finalmente a ideia de que o socialismo tem a tarefa histórica de salvar o capitalismo de suas crises cíclicas”

mente? Poderemos, então, dizer que a financeirização - longe de contrapor-se à economia “real” - é a forma da economia capitalista apta ao comando sobre o trabalho cognitivo e sobre a produção do saber vivo. Não é por acaso que círculos próximos ao *The Economist* tenham proposto recentemente a fórmula “comunismo do capital”. É, em outros termos, a captura e a transfiguração do comum no signo da renda, entendida - marxianamente - como o poder de apropriação de uma parte crescente dos valores criados pela cooperação social sem uma intervenção direta do capital. Carlo Vercellone,² da rede Universidade Nômada, fala de um tornar-se renda do lucro. Isso significa que, diversamente de sua definição clássica, hoje a renda

comanda o trabalho.

IHU On-Line - Como a crise internacional tem sido discutida pelos membros da Universidade Nômada? Qual tem sido o senso comum?

Gigi Roggero - Um primeiro fruto importante da discussão coletiva da Universidade Nômada³ está coletado no livro organizado por Andrea Fumagalli e Sandro Mezzadra, intitulado *Crisi dell'economia globale. Mercati finanziari, lotte sociali e nuovi scenari politici* (Ombrecorte, 2009). Não estamos interessados na “batalha das ideias” ou na elaboração de análises desarticuladas pelos processos de organização. O que produzimos na Universidade Nômada é uma prática teórica. Em particular, quando os saberes se tornam um campo de batalha central na luta de classes em plano global, uma experiência como a da Universidade Nômada não pode ser pensada como uma simples rede intelectual, deve tornar-se uma instituição política autônoma e, em parte, completamente dentro dos processos de conflito, organização e transformação que analisa. Não criar senso comum, mas tornar-se lugar comum. Deste ponto de vista, não há da nossa parte nenhuma exaltação ingênua da mudança epocal que estamos vivendo. A crise é, de fato, um processo profundamente ambivalente, no qual convivem extraordinárias oportunidades e inquietantes riscos, instâncias de transformação e lutas sociais com crescentes formas de racismo e reação.

Sem dúvida, acabou finalmente a ideia de que o socialismo tem a tarefa histórica de salvar o capitalismo de suas crises cíclicas, superando dialeticamente a endêmica irracionalidade por meio de uma racionalidade superior do desenvolvimento, ou, em

³ A rede de movimentos Universidade Nômada é uma “rede de redes” composta por núcleos e grupos de pesquisa, militantes de pré-vestibulares populares, movimentos culturais, filósofos, artistas, etc. Seu objetivo é constituir uma pauta comum de discussão e debate em torno dos grandes temas ligados aos desafios da “mudança” que marcam esse início de década, em particular os relativos à universalização dos direitos e do acesso aos meios para a produção do conhecimento. Mais informações no sítio <http://www.universidadenomade.org.br/index.shtml> (Nota da IHU On-Line)

² Confira, nesta edição, uma entrevista exclusiva com ele. (Nota da IHU On-Line)

outros termos, encarregando-se de realizar as promessas de progresso que o capitalismo não está estruturalmente em condições de manter. Portanto, concluiu-se, felizmente, a época na qual socialismo e capitalismo se espelhavam na presumida objetividade das hierarquias do trabalho, da técnica e da produção. O “comunismo do capital” deve capturar continuamente a produção do comum. Mas o comum não é realmente a inversão dialética e especular do “comunismo do capital”. Ele é, ao mesmo tempo, a livre organização da potência do trabalho vivo, e a destruição dos dispositivos da captura capitalista. O comum não está inscrito no progresso racional da história, mas nos conflitos e nas práticas cooperativas da nova composição do trabalho global. É por isso que, na profunda ambivalência da crise, não somos guiados pelo otimismo da vontade, mas movidos pelo otimismo da razão.

IHU On-Line - Como a crise da economia global se relaciona com a crise da universidade?

Gigi Roggero - No interior do projeto transnacional edu-factory (www.edu-factory.org), falamos de uma dupla crise, para evidenciar precisamente o entrelaçamento, no plano global, entre crise econômica e crise da universidade. Esta última significa, por um lado, crise da dialética entre público e privado. A assim dita privatização da universidade, de fato, não é simplesmente a imissão de fundos privados em instituições que primeiro eram públicas nem depende do estatuto jurídico. Descreve, em vez disso, o processo da própria universidade de tornar-se privada, em seu dever de raciocinar em termos de custos e benefícios, de *input* e *output*, de lucro e renda. As agências de *rating*, por exemplo, se tornam um índice de mensuração do valor das instituições acadêmicas no mercado global da formação. A privatização da universidade, de resto, acompanha a financeirização do *welfare*. Nos Estados Unidos, o empréstimo é um canal de acesso à instrução superior. Os estudantes acumulam, assim, muitas dezenas de milhares

“O que está em crise é o estatuto epistemológico do saber e sua organização”

de dólares de débito para terminar o próprio percurso de estudos, vendo preventivamente, reduzido o próprio salário real, ou seja, antes que seu salário seja efetivamente recebido. Por outro lado, a crise da universidade significa o fim da universidade moderna como lugar de construção da cultura nacional. A *global university* é parte da dupla crise. Das “ruínas da universidade” - para citar um conhecido livro de Bill Readings,⁴ da metade dos anos 1990 - não saiu um novo modelo de universidade do capital global. Também neste caso, a crise se tornou elemento permanente.

IHU On-Line - Qual o papel da universidade neste momento de crise? Quais os limites e as possibilidades em relação à produção de conhecimento que pode contribuir para a solução dos problemas econômicos mundiais?

Gigi Roggero - Como argumentei num recente livro meu *La produzione del sapere vivo* (A produção do saber vivo, Ombrecorte, 2009), não existe uma crise da universidade fora da crise econômica. A crise é, de fato, também crise da medida do trabalho cognitivo. A universidade perde centralidade, torna-se um dos lugares de criação de uma medida artificial dos saberes, de certificação do *skill* [perícia], onde isso é, atualmente, desconexo da concreta atividade desenvolvida. A quantificação dos saberes, ou seja, a imposição da lei do valor, é inteiramente contra a qualidade. É a redução do saber vivo ao saber abstrato. A universidade não pode, por conseguinte, intervir numa crise da qual é intimamente parte. De resto, a organização disciplinar (e seus no-

⁴ READINGS, Bill. *A universidade em ruínas* (Coimbra: Angelus Novus, 2003). (Nota da IHU On-Line)

vos códigos e limites, como a inter ou multidisciplinaridade tão difusa na academia anglo-saxônica) está completamente falida, serve somente para reproduzir um poder parasitário. Recentemente, saiu um artigo de importantes economistas que explicam por que a disciplina econômica não só não esteve em condições de prever o que está acontecendo, mas não está estruturalmente em condições de fazê-lo. Dessa forma, podemos jogá-la fora! E o mesmo poderemos dizer das outras disciplinas.

Eis o núcleo radical a captar: o que está em crise é o estatuto epistemológico do saber e sua organização. E nós também quisemos esta crise. Os conflitos contra a privatização e a *global university* não podem sentir nenhuma nostalgia pelo público e pela academia nacional. Está aqui a importância do movimento da “onda anômala” na Itália. Aquela que chamamos de “autorreforma da universidade” não é um *cahier de doléance* [caderno de queixas] ou um elenco de propostas a submeter aos indivíduos da representação: é a afirmação da não representabilidade, é a prática constituinte, é a imediata organização de institucionalidade autônoma. É por isso que estou extraordinariamente interessado no projeto de acesso massificado dos negros na universidade brasileira. Enquanto foi determinado também pelas lutas e pelos movimentos, como tinha sido para os *Black Studies* nos Estados Unidos, parece-me que não se trata somente de um problema de inclusão. A questão radical é o que acontece, quando figuras sociais irrompem em instituições originariamente não pensadas para eles. A questão é, então, uma nova organização do saber, cuja direção e controle não são mais externas, mas imanentes à composição do trabalho. Na dupla crise é este o grande espaço que se abre: a construção, *hic et nunc*, de uma *universidade do comum*, ou seja, além da dialética entre público e privado, que são as duas faces da mesma medalha capitalista.

IHU On-Line - Quais as novas formas de protesto e resistência que a so-

cidade contemporânea tem utilizado em função da crise financeira e da crise no mundo do trabalho?

Gigi Roggero - Entre as transformações que estamos discutindo, a crítica dos saberes se torna hoje imediatamente a crítica da economia política. E as lutas pela formação são as lutas pelo trabalho. Assim, a crise da universidade nos fala da crise do modo de produção capitalista, e vice-versa. Ela nos faz entender como a financeirização é uma forma adequada e perversa de um sistema que se reproduz na captura do comum. Quando falo de comum, entendo algo que não existe *in natura*, mas que é continuamente produzido pela cooperação do trabalho/saber vivo. E o comum tem um duplo estatuto: é prática cooperativa de liberdade e igualdade, mas é também aquilo que é continuamente desfrutado pelo capital. Todavia, precisamente porque depende do comum, ou seja, daquilo que constitui sua ameaça mortal, a financeirização é também uma forma muito frágil. Podemos pensar aqui no sistema de empréstimo, que procura pôr em valor para o capital necessidades e desejos que não podem ser atendidos. Mas, precisamente por isso, é refém de milhões e milhões de proletários que têm se recusado a pagar os débitos contraídos para ter uma casa ou para estudar, contribuindo para determinar a crise do sistema. E, com o desmoronamento do sistema do débito, creio que nos próximos tempos assistiremos nos Estados Unidos a importantes explosões nas universidades, em torno da questão do acesso, do corte dos salários e da redução também do trabalho precário.

Ora, neste quadro o problema das lutas é o de libertar-se de qualquer tentação nostálgica, para a assim chamada “economia real” ou para os estados-nação. Essa é uma resistência conservadora. O que nos interessa é, ao contrário, uma resistência transformadora. Não penso que seja possível um *New Deal*, como nos anos 1930. O sistema é irreformável. Então, a questão é um *New Deal* das lutas e dos movimentos que se ponha num plano imediatamente constituinte ou de construção de um novo *welfare* do

comum, o *commonfare*, ou seja, uma reapropriação da riqueza social e das instituições atualmente congeladas na dialética entre público e privado. Em outros termos, o problema não é devolver a economia para as mãos do Estado, mas reapropriar-se também das instituições financeiras, determinando comando e decisão coletiva dentro delas próprias.

IHU On-Line - Como a Europa de modo geral tem reagido à crise internacional? O que mais tem mudado na vida das pessoas?

Gigi Roggero - A Europa desconsidera a falta de coragem institucional no processo de unificação política, a par das resistências “soberanistas” e “estatalistas” de boa parte da es-

**“Certamente está
emergindo um
capitalismo
profundamente
modificado, que
assume a crise como
elemento insuperável”**

querda. O resultado é claramente visível nas últimas eleições europeias, com a derrota seca e provavelmente irreversível das opções liberal-democráticas e socialistas e a afirmação de posições “antieuropeístas”, algumas das quais de claro cunho racista e xenófobo. Estas posições se alimentam na crise, fornecendo à dura materialidade das condições de vida proletárias (redução dos salários, aumento da precariedade, desaparecimento dos amortizadores sociais) uma clássica resposta de fechamento territorial, identitário e corporativo, no qual o trabalho migrante é o principal objetivo. Então, emergem expressões políticas justicialistas de quem aponta o índice e invoca a força para os

corruptos simplesmente para salvar um sistema que produz essa mesma corrupção. Não se sai, no entanto, dessa situação, como alguns destacados teóricos radicais gostariam, com uma opção classicamente reformista, que visa a desenvolver o “comunismo do capital”, pensando que a crise seja simplesmente um bloqueio temporário ao pleno crescimento do capitalismo cognitivo na Europa central. A Europa política é, ao contrário, repensada a partir das lutas (por exemplo, aquelas da universidade e do trabalho cognitivo e migrante) que nos últimos anos construíram uma rede comum. Não quero aqui propor uma fé qualquer nos magníficos e progressivos tipos de movimentos. O problema é a relação - conflitiva e pragmática - entre estas e as outras formas de governar. De fato, não existe um fora da governança: qualquer idéia de uma ilha feliz é especular sobre a opção reformista. O governar [a governança] significa impossibilidade de governo sobre o trabalho vivo e é a forma institucional da crise permanente. O problema dos movimentos é, então, o dar lugar institucional de reapropriação e espaço constituinte, ao mesmo tempo, no âmbito metropolitano e continental, levando à exaustão os consumidos limites nacionais. Este é um dos motivos pelos quais procuramos aprender daquilo que está acontecendo no extraordinário e também produtivamente contraditório laboratório político da América Latina.

IHU On-Line - Que rumos o senhor imagina que a economia mundial tomará a partir desta crise financeira global?

Gigi Roggero - A crise da economia global significa o fim do neoliberalismo. Com isso não quero dizer que tenham terminado os seus efeitos, mas estes não conseguem mais fazer sistema. Isso não é acompanhado pelo retorno de um forte papel do Estado, como muitos da esquerda sonham. Ainda bem, acrescento! A salvação dos bancos por parte do Estado só demonstra aquilo que sustentamos até agora, ou seja, a íntima articulação do público e do privado no desenvolvimento capitalista. O capitalismo não desapare-

“Crescimento e desenvolvimento são, de fato, coisas completamente distintas”

cerá por si, isso é certo. Além disso, as hipóteses de um desmoronamento do capitalismo - como ensina o que aconteceu nos anos 1920 e 1930 do século XX - sempre trouxeram muito mal... E em todo o caso, de fato, não se diz que aquilo que vem depois do capitalismo seja, por natureza ou por graça recebida, algo melhor. Certamente está emergindo um capitalismo profundamente modificado, que assume a crise como elemento insuperável. É um capitalismo que procura reproduzir-se do conceito de limite, que na Europa se chama de teoria do “decrescimento”,⁵ propugnada por quem procura convencer os proletários e os não ocidentais a não desejarem as mercadorias que eles (teóricos de uma classe média em crise) consomem. A tese do decrescimento é hoje uma política capitalista, feita de valorização da sustentabilidade ambiental, de uma nova hierarquia das mercadorias e do contínuo bloqueio das forças produtivas. Crescimento e desenvolvimento são, de fato, coisas completamente distintas. Uma crítica radical do desenvolvimento capitalista - que se compõe historicamente de crescimento e decrescimento - deve, pois, mover, não o limite, mas a potência do trabalho vivo, a possibilidade de decisão coletiva sobre a riqueza social produzida em comum.

Dizer isso não significa não conceder nada à utopia, como prefiguração de um futuro distante que, desde sempre, tem sido usado pelos partidos da esquerda para edulcorar as instâncias de transformação radical no presente. Nem significa

5 Sobre o tema do decrescimento, confira a IHU On-Line n.º 100, de 10 de maio de 2004, especialmente uma entrevista com Serge Latouche, que também é autor do *Cadernos IHU Ideias* n.º 56, de 21-09-2006, intitulado *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial*. (Nota da IHU On-Line)

retornar a uma ideia do desenvolvimento histórico que procede por estádios progressivos. A tendência não pertence à objetividade, mas à organização e às relações de força. Para argumentar sobre este otimismo da razão quero apenas fazer notar que os anos 1990 se abriram com o anúncio triunfal do “fim da história” de Fukuyama⁶ e, paralelo a isso, a declaração de impotência de pensadores radicais que falavam de um invencível “pensamento único”. Não faz nem vinte anos e a crise do capitalismo é o argumento cotidiano de toda a mídia do mundo. Se completarmos o quadro com aquilo que está ocorrendo no Brasil e na América Latina e ao mesmo tempo com a derrota do unilateralismo americano, escutando quem há muitos anos implora a passividade das novas figuras do trabalho aniquiladas e fragmentadas pelo “pensamento único”, se traz à lembrança aquilo que Marx, em 09 de dezembro de 1851, respondia a Engels que se lamentava do comportamento “estúpido e infantil” do povo parisiense que não se opusera ao golpe de estado de Luiz Bonaparte: “o proletariado poupou as suas forças”. Agora se trata de organizá-las no agir comum.

6 Francis Fukuyama: professor de economia política internacional da Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, na Johns Hopkins University, nos EUA. Seu primeiro livro, *O fim da história e o último homem* (1992), figurou nas listas de mais vendidos de diversos países, como EUA, França, Japão e Chile. Outros livros representativos de sua obra são *Confiança* (1995), *A grande ruptura* (1999) e *Nosso futuro pós-humano* (2002), todos publicados pela Editora Rocco, de São Paulo. Especialista em questões políticas e militares da Europa e do Oriente Médio, Fukuyama já integrou o Conselho de Planejamento Político do Departamento de Estado norte-americano. (Nota da IHU On-Line)

Religiões do Mundo | De 10-08-2009 a 08-10-2009

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR